

ICMBio

Edição 488 - Ano 11 - 5 de outubro de 2018

em foco

Pesca é regulamentada em novas áreas protegidas marinhas

PÁGINA 7

Sai resultado da licitação para o Parna Pau Brasil

PÁGINA 3

ICMBio em Foco comemora Dia do Servidor com relatos de colaboradores do instituto

PÁGINA 14

Flona da Restinga de Cabedelo terá inventário de aves

PÁGINA 11

APA Delta do Parnaíba avança na elaboração de seu plano de manejo

Comunidades dos municípios de Araisos, Água Doce, Tutoia, Paulino Neves, Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia, Chaval e Barroquinha, localizadas nas porções maranhense, piauiense e cearense da Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, participaram recentemente de reuniões comunitárias para elaboração do plano de manejo da unidade de conservação (UC). A APA está mobilizada para a construção do documento, que deve ser finalizado no próximo ano.

Nas reuniões comunitárias, foi feito o levantamento de usos dos recursos naturais, conflitos, boas práticas e necessidades de melhorias na gestão da utilização de recursos. Também foram identificadas lideranças e selecionados potenciais participantes para a oficina prévia que trará a compilação dos resultados e iniciará uma avaliação de possíveis pré-zoneamentos da UC, além de indicar representantes para a oficina final do plano de manejo, que ocorrerá em março de 2019.

No mês de agosto, também foram promovidas cinco reuniões com setores de influência (Empresários, Poder Público, Pesquisadores, Turismo e representantes dos poderes Executivo e Legislativo) nos dez municípios que compõem a UC. Nesses encontros, além dos levantamentos realizados nas reuniões comunitárias, foi possível identificar a sinergia de ações e pesquisas com os objetivos de criação da APA, bem como expectativas dos setores quanto à utilização do território da unidade e seus recursos.

“Estas reuniões aumentam a legitimidade da construção do planejamento e ampliam o conhecimento da gestão sobre as fragilidades e potencialidades dos usos. Este trabalho facilita o mapeamento de conflitos em busca de soluções duradouras e sustentáveis, favorecendo um zoneamento equilibrado e condizente com a realidade dos objetivos de criação da área protegida”, afirmou Daniel de Castro, chefe da APA.

Nas oficinas prévias, a UC terá a oportunidade de ampliar a transparência quanto ao tratamento dos dados levantados e recursos utilizados, além de aumentar o empoderamento social na gestão e entendimento dos caminhos adotados para conservação do território. “A culminância da oficina final será melhor qualificada, haja vista o maior conhecimento da gestão por todos participantes e a legitimidade da escolha dos mesmos”, pontuou Daniel.

O chefe da unidade destacou que a APA, neste processo de planejamento, “deve conseguir conciliar os diversos interesses de uso do território e avançar em uma maior proteção de seus recursos naturais, almejando, com um planejamento participativo adequado, alcançar os objetivos de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental, contribuindo, assim, com todo o sistema de unidades de conservação brasileiro”.



Fabiana Dallacorte



Sai resultado da licitação para o Parna Pau Brasil

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) divulgou na última quarta-feira (3) que a Hope Recursos Humanos S/A foi a vencedora da licitação para contratação de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza no Parque Nacional do Pau Brasil (BA). A empresa, que é do Espírito Santo, já tem contrato com o ICMBio no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ).

A empresa operará no parque nos serviços de cobrança de ingressos, transporte interno, estacionamento de veículos, lanchonetes, loja de conveniência, espaço do ciclista, centro de visitantes, espaço de campismo, tirolesa e passarelas suspensas. Os serviços poderão ser explorados por 15 anos. Nesse período, a empresa terá que fazer investimentos estimados em R\$ 7,2 milhões para melhoria da infraestrutura de apoio aos visitantes no parque. Além disso, o edital prevê um repasse de R\$ 6,7 milhões para o ICMBio no período do contrato.

O ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, ressalta que vem aumentando o número de visitantes nos parques nacionais, que hoje é superior a 10 milhões por ano, e que o governo federal tem ampliado o número de unidades de conservação (UCs) no país. “Nosso patrimônio natural é valioso, por isso, precisamos trazer oportunidades de visitação e de trabalho e renda às comunidades”, ressaltou.

Segundo o presidente do ICMBio, Paulo Carneiro, as concessões são fundamentais para os parques terem infraestrutura necessária à visitação, estimulando também a economia local. “Este é o primeiro processo de concessão de serviços de uso público em parques depois da aprovação da nova lei, possibilitando ao instituto aprimorar e ofertar melhores serviços aos

visitantes. Esperamos até o final do ano lançar os outros seis editais para contratação de serviços de apoio à visitação”, ressalta Carneiro, citando a Lei nº 13.668/2018, que aprimorou a legislação para concessão de serviços de apoio ao uso público nas unidades de conservação.

A próxima unidade a entrar em processo de delegação de serviços será o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). Ainda estão no cronograma os editais dos parques nacionais dos Lençóis (MA), de Itatiaia (RJ/MG), de Caparaó (MG), de Jericoacoara (CE) e da Serra da Bodoquena (MS). Todo o processo faz parte do Programa de Concessão de Serviços à Visitação nas UCs federais, que o ICMBio vem há dois anos modelando com a elaboração de estudos técnicos e a realização de audiências públicas.

CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS

O ICMBio recebeu, em 2017, mais de 10,7 milhões de visitas nas UCs, número superior a 2016, quando foram recebidas 8,2 milhões. Um estudo realizado pelo instituto aponta que os visitantes gastaram cerca de R\$ 2 bilhões nos municípios de acesso às unidades. A contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de cerca de 80 mil empregos, R\$ 2,2 bilhões em renda, R\$ 3,1 bilhões em valor agregado ao PIB e R\$ 8,6 bilhões em vendas.

O setor de hospedagem registrou a maior contribuição direta, com R\$ 613 milhões em vendas diretas, seguido pelo setor de alimentação com R\$ 432 milhões. Este ano, o estudo apresenta a geração de impostos decorrentes apenas dos efeitos sobre as vendas diretas e a remuneração. Assim, foram gerados, R\$ 905 milhões em impostos (municipal, estadual e federal). A análise mostrou que cada real investido no ICMBio produziu R\$ 7 em benefícios econômicos para o Brasil.

Ações buscam incremento do turismo em UCs de Parauapebas

A Floresta Nacional (Flona) de Carajás (PA) terá agora um reforço em sua gestão. A Prefeitura de Parauapebas criou a Coordenadoria Especial de Uso Público da unidade de conservação (UC), subordinada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que irá contribuir com ações voltadas ao fomento do uso público na floresta nacional.

A proposta é que a coordenadoria desenvolva ações como planejar atividades conjuntas de educação ambiental voltadas à visitação na Flona de Carajás, promover projetos de uso sustentável dos recursos naturais da unidade de conservação de forma conjunta com o ICMBio e prestar atendimento ao público, quando necessário.

“Este projeto vem ao encontro do momento em que estamos, que busca investir em Parauapebas como polo turístico. Por isso, é necessário nos organizarmos para termos toda a base e estrutura para que, além de convidar o turista, tenhamos como recebê-lo”, detalhou Darci Lermen, prefeito de Parauapebas.

AÇÕES VOLTADAS AO TURISMO

Ainda buscando o fomento do turismo na região, no dia 22 de setembro, representantes do ICMBio e da Coordenação de Uso Público conduziram os membros do Conselho Municipal de Turismo de Parauapebas para visitar a Floresta Nacional de Carajás e o Parque Nacional (Parna) dos Campos Ferruginosos, ambos localizados em Parauapebas. Os participantes puderam verificar os potenciais turísticos das duas unidades ao conhecer trilhas, a savana metalófila, cavernas ferríferas e a sinalização informativa e educativa das UCs, além de visitar a Base Gavião Real e a Base Águas Claras, localizadas no parque.

“A visita propiciou que os conselheiros, representando os diversos segmentos da sociedade, conhecessem de fato a relevância ambiental das duas unidades de conservação e o potencial de ecoturismo que atualmente já é trabalhado por meio do Programa de Uso Público da Flona”, explicou Marcel Regis, chefe da UC. A próxima

etapa será elaborar um planejamento voltado a estruturar as bases de apoio à visitação e as trilhas utilizadas pelo programa.

DIVULGAÇÃO

Outra ação voltada ao incremento do turismo foi a participação da Flona de Carajás, da Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado e do Parna dos Campos Ferruginosos na ABAV Expo Internacional 2018, evento internacional de divulgação do turismo brasileiro, ocorrido entre os dias 26 e 28 de setembro, em São Paulo.

A participação foi possível em razão da parceria entre ICMBio e Prefeitura de Parauapebas. No estande do município, foram divulgados roteiros, imagens e informações das duas UCs. Diversas pessoas puderam conhecer mais os encantos naturais das unidades, como a beleza única da Flor de Carajás, endêmica da Flona e símbolo do ecoturismo de Parauapebas, e a cachoeira de Águas Claras, localizada nos Campos Ferruginosos. O destaque da APA do Igarapé Gelado, além de suas belezas naturais, é o “Café de Açaí”, inédito e bastante diferenciado dos demais produtos.

“Essa divulgação mostra para a sociedade brasileira que o ecoturismo na região de Carajás é uma atividade econômica de extrema importância e que propicia uma maior inclusão social. Além disso, conseguimos mostrar a necessidade de conservação destas importantes unidades federais, além do papel do ICMBio como gestor e executor, em parceria com a prefeitura, de múltiplos usos sustentáveis das UCs”, destacou Marcel.



Membros do Conselho Municipal de Turismo de Parauapebas visitam Flona de Carajás e Parna dos Campos Ferruginosos

www.icmbio.gov.br

AS HEROÍNAS DO MAR

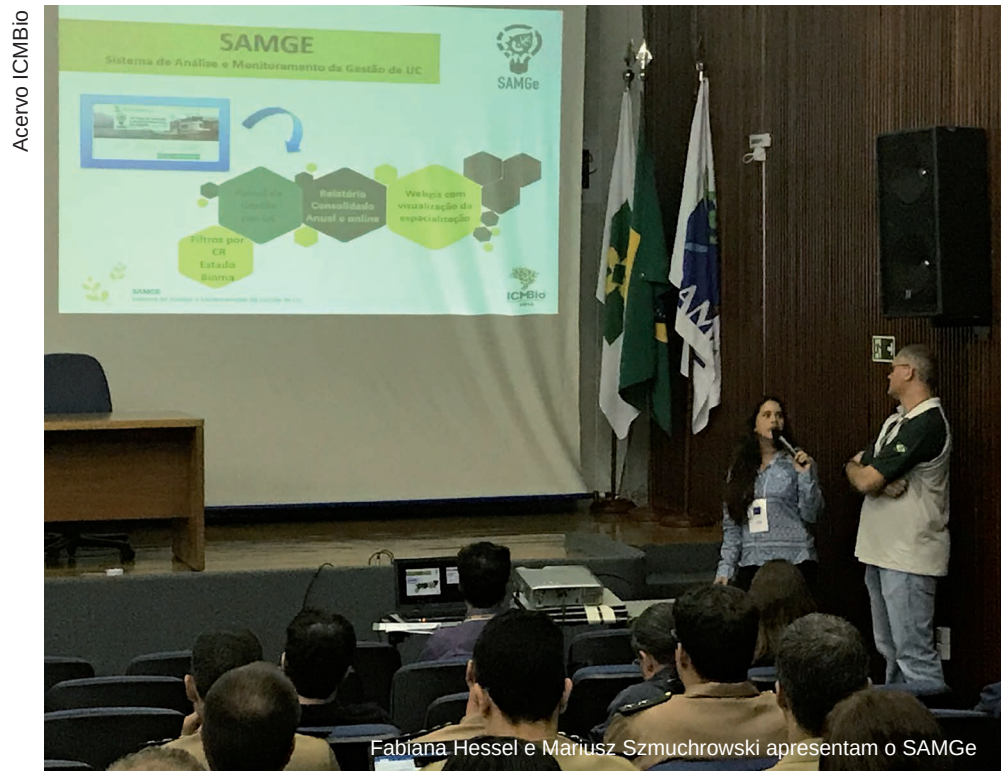
EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA

de 5 a 26 de outubro
no Terraço Shopping - Brasília DF

Realização:



ICMBio participa de seminário de softwares livres no governo



Fabiana Hessel e Mariusz Szmuchrowski apresentam o SAMGe

O Instituto Chico Mendes participou como palestrante do “Seminário de Software FOSS.4GIS. GOV”, realizado de 17 a 19 de setembro, pelo Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima) do Ibama. Com o tema “O uso de software livre para informações geoespaciais no governo”, o evento reuniu instituições públicas que apresentaram estudos de casos e discussões relacionadas ao uso de softwares livres na gestão da geoinformação.

A equipe da Divisão de Monitoramento e Avaliação de Gestão (DMAG), representada por Fabiana Hessel e Mariusz Szmuchrowski, realizou a palestra do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão de Unidades de Conservação (SAMGe) e sua nova plataforma online, integrando a primeira mesa de trabalhos do seminário, junto com o representante do FOSS4G, Jeff McKenna.

O SAMGe é uma ferramenta de análise que avalia o cumprimento de políticas públicas relacionadas com os objetivos de criação de cada unidade de conservação (UC), analisa

a efetividade e permite a compreensão da dinâmica territorial da UC. Essas informações são importantes para subsidiar decisões técnicas, inclusive em nível nacional, e também auxiliam processos como elaboração e revisão do plano de manejo.

O novo SAMGe e sua plataforma online consolida a ferramenta, inicialmente desenvolvida por servidores do ICMBio em uma matriz lógica, a partir de planilhas excel, e permite o diagnóstico da UC a partir da identificação dos

recursos e valores (os alvos de conservação), dos usos (interfaces entre alvos e sociedade) e das ações de manejo realizadas pelo órgão gestor no território da área protegida e eventualmente em seu entorno.

O SAMGe foi desenvolvido utilizando softwares livres com código aberto, linguagem Php, PostgreSQL e PostGIS, OpenLayers e Mapserver. Seu desenvolvimento e da plataforma online contou com a participação de parceiros como Ministério do Meio Ambiente, WWF, GIZ, Projeto LifeWeb e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Durante o seminário, o ICMBio também divulgou sua Política de Geoinformação, publicada em agosto. Seu objetivo é definir a produção e a utilização de geoinformações no âmbito do instituto, contemplando padronização de formatos, organização do acervo, fluxo de informações, responsabilidades institucionais, divulgação e acessibilidade à geoinformação.

Pesca é regulamentada em novas áreas protegidas marinhas

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Marinha do Brasil, em ato conjunto, publicaram duas portarias com o objetivo de disciplinar a pesca nas áreas de proteção ambiental (APAs) do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz e de São Pedro e São Paulo. Essas unidades de conservação foram criadas em março de 2018 juntamente com mais duas áreas protegidas: os monumentos naturais das Ilhas de Trindade, Martim Vaz e Monte Columbia e do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Juntas, essas quatro áreas protegidas correspondem a quase 1/4 das águas jurisdicionais brasileiras.

As APAs são unidades de conservação de uso sustentável, o que significa que os recursos naturais ali protegidos podem ser usados de forma direta desde que garantida a sua sustentabilidade. Nos decretos que criaram as duas APAs está previsto que o ICMBio e a Marinha do Brasil devem estabelecer as regras para uso do recurso pesqueiro. Assim, no dia 18 de setembro, foram publicadas as portarias conjuntas 2 e 3, com esse propósito.

As regulamentações estabelecem que a pesca nas duas APAs só poderá ser realizada por embarcações devidamente autorizadas, conforme permissão definida pela Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10/2011, apenas nas modalidades de espinhel horizontal de superfície, linha de mão de superfície e corrico. Além da devida autorização, a embarcação, independentemente do seu tamanho, deve portar equipamento de rastreamento por satélite instalado de acordo com o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras (PREPS), que possibilita aos gestores o monitoramento da atividade pesqueira nas APAs.

A portaria proíbe, ainda, a retenção, o transporte e a comercialização de espécies ameaçadas de extinção definidas em lista nacional. Caso ocorra a captura dessas espécies, é obrigatória sua devolução ao mar, vivas ou mortas.

Além desses critérios, na Portaria nº 3, que disciplina a pesca na APA de São Pedro e São Paulo, há disposições especiais na zona de sobreposição à APA de Fernando de Noronha. Entre elas, ficou definido que, nesta área de 8.350 hectares, a pesca submarina só é legalizada como metodologia de coleta e captura em atividades de pesquisa, devidamente autorizada pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio).

A chefe das APAs, Rossana Santana, destaca a importância do disciplinamento da atividade de pesca nessas grandes áreas protegidas: “Para além da conservação da biodiversidade, essas unidades de conservação devem ser vistas como ferramentas da gestão pesqueira, na medida que podem contribuir com a sustentabilidade e continuidade da atividade”.

Além das portarias, que são um esforço em conjunto do ICMBio e da Marinha do Brasil para a implementação das UCs, é importante destacar o empenho da Marinha na gestão ambiental dos dois arquipélagos. A Marinha do Brasil coordena o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE) e o Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO). Por meio deles, mantém estações científicas e provê apoio às pesquisas nas ilhas oceânicas que deram nome aos referidos programas, assegurando a conservação dos seus ecossistemas terrestres e marinhos.

Visando contribuir com a conservação dos recursos pesqueiros na região do arquipélago de Trindade, a Marinha do Brasil, desde 2013, proibiu os militares do destacamento do Posto Oceanográfico da Ilha Trindade de praticar a pesca submarina e, em agosto de 2018, proibiu, por tempo indeterminado, o transporte de qualquer pescado da Ilha de Trindade para o continente.

As portarias estão disponíveis em <https://bit.ly/2xVV4nw> e <https://bit.ly/2Qk6sjO>.

Oficina debate estratégias de pesquisa sobre extrativismo e silvicultura



Dados do extrativismo mostram a importância dos produtos da sociobiodiversidade

Terminou em 27 de setembro a I Oficina de Cadastro de Informantes que atuam na Atividade de Extração Vegetal e Silvicultura. O evento foi organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sede do ICMBio, em Brasília, e contou com a participação de instituições que trabalham com o tema em todo País.

Os informantes de extração vegetal são pessoas, organizações ou empresas que fornecem dados sobre a produção extrativista vegetal no Brasil. Por meio das informações, instituições governamentais e não governamentais são capazes de estimar o valor médio de produção, o valor pago ao produtor e o preço de mercado de determinado produto.

“Com este tipo de oficina, buscamos sinergia, integração de dados e obtenção da informação com menor custo possível, desonerando o poder público e seguindo as tendências de institutos internacionais de pesquisa e estatística”, destacou o coordenador de Agropecuária do IBGE, Octávio Costa de Oliveira. Segundo Oliveira, um dos principais desafios da área atualmente é que vários dados já estão pesquisados, consolidados e disponíveis por diferentes instituições e são pesquisados novamente por outra. Com uma melhor integração de metodologias e dados, a ideia é diminuir custos com logística e processamento.

O ICMBio tem total interesse em dados de extrativismo vegetal e silvicultura, como são chamados os produtos vindos de áreas com direta interferência humana, como áreas plantadas, já que o órgão lida com

florestas nacionais e reservas extrativistas de onde mais de 50 mil famílias retiram seu sustento. “Os dados obtidos por essas instituições demonstram a importância dos produtos da sociobiodiversidade, fortalece as cadeias produtivas e dá mais visibilidade a essa população para acessar políticas públicas e linhas de crédito”, afirma a coordenadora-geral de Populações Tradicionais, Bruna De Vita.

Atualmente, entre os produtos de suma importância às comunidades, estão as plantas oleaginosas, castanha, açaí e diversos frutos e fibras, sem contar a extração animal, como é o caso do pirarucu, e a prestação de serviços, como o turismo de base comunitária.

PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA

A Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) contempla informações referentes à quantidade e ao valor de produção dos processos de exploração dos recursos vegetais naturais e de exploração de florestas plantadas para finalidade comercial. A PEVS é a principal fonte de estatísticas sobre acompanhamento sistemático da exploração de recursos florestais em todo o País e avalia produtos distribuídos em grupos como borrachas, gomas não elásticas, ceras, fibras, oleaginosas, madeiras e produtos alimentícios, aromáticos e medicinais.

Os dados de 2017 revelam que 4.837 municípios registraram produção florestal no Brasil. O valor foi de aproximadamente R\$ 19 bi, um acréscimo de 3,4% em relação ao ano anterior. Desses, R\$ 4,3 bi são provenientes de extração vegetal, sendo a maior parte (2,8 bilhões) constituída de extração de madeira. Em relação a produtos não madeireiros, destaque para o açaí, que constitui 49,5% do valor de produção no grupo de alimentícios, seguido pela erva-mate (35,2%).



Implantação de saneamento ecológico revolucionaria sistema de esgoto em Cairuçu

Em funcionamento há cerca de um mês, a nova estação de saneamento ecológico da sede da Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu (RJ) foi resultado de um projeto de conclusão do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Gestão e Manejo de Águas, realizado em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e a Prefeitura de Paraty. Finalizado em agosto, o curso abordou diversos temas relacionados aos recursos hídricos, inclusive tratamento e qualidade da água.

A implementação do projeto, que foi desenvolvido por alunos do curso, proporcionou uma nova experiência para o tratamento de esgoto e dos efluentes da sede, que contava com uma fossa convencional (sumidouro). A construção da bacia de evapotranspiração (BET) utilizou materiais que seriam descartados, como pneus velhos e entulho, para comporem a base do filtro, parte de um sistema fechado de tratamento de efluentes gerados pela descarga de sanitários convencionais.

Os resíduos são degradados por microrganismos no interior da BET, que os tornam disponíveis para as plantas, que devolvem a água completamente limpa para o ambiente por meio da transpiração. O saneamento ecológico busca replicar o funcionamento de ambientes naturais e não utiliza energia elétrica ou produtos químicos.

Este modelo de saneamento será implantado em outras seis localidades dentro do território da APA, demanda que surgiu das próprias comunidades durante a elaboração do novo plano de manejo. Os módulos serão construídos por voluntários, que receberão treinamento e levarão a iniciativa para suas comunidades. “A mudança é nítida. Desde a implantação da BET na sede, o jardim floresceu e os sanitários funcionam perfeitamente. Essa é a gestão de resíduos que queremos disseminar pelo território: funcionamento pleno, zero impacto para o meio ambiente e baixo custo”, comentou Lilian Hangae, chefe da APA de Cairuçu.



Sistema de saneamento ecológico é resultado de curso promovido pela APA

Jeani M. de Oliveira

Cemave inicia inventário de aves da Flona da Restinga de Cabedelo

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave) e a Floresta Nacional (Flona) da Restinga de Cabedelo (PB) estão trabalhando no inventário de aves da unidade de conservação (UC). O projeto, que teve início em junho, tem a proposta de identificar as aves que habitam os diversos ambientes existentes na Flona e difundir o conhecimento acerca dos diferentes tipos e estratégias de mudas das aves.

Analistas do Cemave e voluntários do centro e da Flona participam do projeto, que também conta com o apoio do Batalhão de Polícia Ambiental da Paraíba. O grupamento dá suporte nas atividades náuticas para realização do inventário no estuário do rio Paraíba, onde são registradas espécies aquáticas e migratórias.

Até o momento já foram identificadas 118 espécies, com destaque para aves ameaçadas como o gavião-gato-do-nordeste (*Leptodon forbesi*) e o bico-virado-miúdo (*Xenops minutus alagoanus*), o quase ameaçado gavião-caranguejeiro (*Buteogallus aequinoctialis*) e o endêmico picapauzinho-de-pernambuco (*Picumnus pernambucensis*). Entre as espécies migratórias, foram registradas a águia-pescadora (*Pandion haliaetus*), a batuíra-de-bando (*Charadrius semipalmatus*), o maçarico-de-bico-torto (*Numenius hudsonicus*), o maçarico-pintado (*Actitis macularius*), o maçarico-rasteirinho (*Calidris pusilla*), o trinta-réis-boreal (*Sterna hirundo*), o trinta-réis-de-bando (*Thalasseus acuflavidus*) e o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*).

“Os resultados do projeto revelam a riqueza de aves da Flona da Restinga de Cabedelo e reforçam a importância da conservação dos manguezais do estuário do rio Paraíba, uma vez que se trata de uma importante área de invernagem de espécies migratórias”, afirmou Emanuel Barreto, analista ambiental do Cemave que coordena o projeto.

O voluntário Cristiano Nascimento descreveu sua experiência: “Foi de grande importân-

cia tanto profissional como pessoal acompanhar o trabalho dos analistas do Cemave em parceria com a Polícia Militar Ambiental na observação das aves migratórias às margens do rio Paraíba, acompanhando a distribuição e possíveis impactos antrópicos que interferem na dispersão destas aves”.

Ao final do trabalho, o Cemave pretende elaborar um guia ilustrado das aves da Flona, que ficará disponível no site do ICMBio, e um folheto sobre as aves da UC para ser distribuído aos visitantes e estudantes.



Acervo Cemave



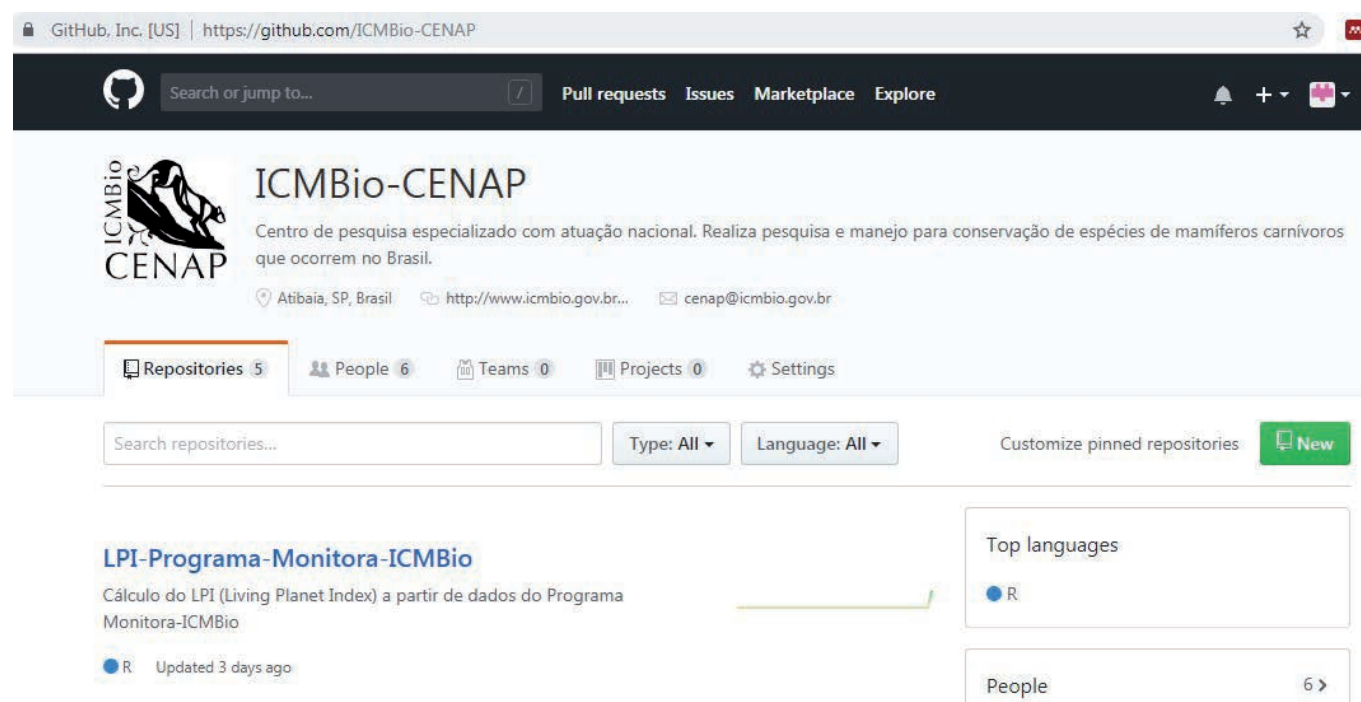
Cenap está no GitHub

Se anteriormente a ciência era produzida a portas fechadas em universidades e com grande sigilo sobre os dados, atualmente a prática científica vem alinhando-se com a cultura digital e disponibilizando dados para colaboradores em plataformas on-line. Essa é a chamada ciência-aberta, ou open-science, agora aplicada pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (Cenap).

O novo modelo permite que vários especialistas acessem não apenas os dados para confirmar os resultados da pesquisa, mas também os comandos usados para realizar as análises, chamados de códigos. O GitHub, por exemplo, funciona como uma rede-social na qual pesquisadores de qualquer lugar do mundo podem sugerir melhorias e também novos usos para os códigos que o Cenap utiliza, impulsionando a geração de conhecimento e de tecnologias.

Entretanto, todo mundo que já trabalhou em um documento grande em que muitas pessoas participaram sabe o que é ter arquivos "final", "final_mesmo", "agora_é_o_ultimo" no computador. Com o Git qualquer alteração no código é identificada e gerenciada: o Cenap pode escolher se aceita uma colaboração, além de disponibilizar todas as atualizações para toda a comunidade. A internet mudou muita coisa no mundo e nas comunicações e, conseqüentemente, também vem refletindo na relação que os pesquisadores têm com seus dados científicos.

O perfil do centro no GitHub é ICMBio-CENAP (<https://github.com/ICMBio-CENAP>). No local, é possível encontrar os códigos e dados das pesquisas que são desenvolvidas pelo centro de pesquisa.



Parna do Descobrimento realiza capacitação para elaboração de projetos

Nos dias 28 e 29 de setembro, aconteceu a "Capacitação para Elaboração de Projetos e Captação de Recursos", na aldeia Tibá, distrito de Cumuruxatiba, em Prado (BA). A reunião teve como objetivo realizar um intercâmbio de viés educativo, para construir uma governança conjunta de projetos de conciliação, entre a vivência indígena e a conservação na área de sobreposição do Parque Nacional (Parna) do Descobrimento e da Terra Indígena Comexatibá (TIC).

Ministrada pela secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Rejane Pieratti, e pela diretora do Departamento de Educação Ambiental, Renata Maranhão, ambas do Ministério do Meio Ambiente, a capacitação utilizou a árvore de problemas como método para extrair informações para os projetos. Alguns dos tópicos abordados foram o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA), estratégias para o fortalecimento local, a gestão de organizações da sociedade civil e estratégias para captação de recursos. Além disso, houve enfoque na geração de renda e promoção da cultura indígena, por meio de iniciativas de negócios que envolvessem o uso público da unidade de conservação (UC) a partir do turismo de base comunitária com foco no etnoturismo.

A capacitação foi promovida com recursos do PNUD e contou com a participação de, aproximadamente, 50 pessoas, além de representantes das seis aldeias sobrepostas ao Parna do Descobrimento, representantes do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal e da Reserva Extrativista de Corumbau. Estiveram, também, representantes da Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) e as parceiras Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Municipal de Turismo de Prado e as ONGs Humana Brasil e Conservação Internacional.

Entre os pré-projetos aprovados estão o de alternativa de geração de renda, mobilização e organização das aldeias e acesso aos direitos indígenas para que aumente o uso público nas UCs. Como encaminhamento, os participantes e parceiros estão articulando o envio de proposta ao edital do Fundo de Defesa de Direitos Difusos aberto pelo Ministério da Justiça.

"Eu peço a Deus que ele abençoe a todos para que possam trabalhar em benefício das comunidades que estão confiantes e gostando do que vem acontecendo. Com o fim dos conflitos e novas parcerias, será encaminhado um bom trabalho junto à nova equipe do Parque Nacional do Descobrimento. Meu sonho é ser exemplo nos trabalhos que serão feitos e o que eu espero são melhorias de agora em diante", declara José Frago, cacique da Aldeia Tibá.



Representantes de aldeias que têm sobreposição com o Parna também participaram da capacitação



RELATOS

No mês em que se comemora o Dia do Servidor Público (28), o ICMBio em Foco publica uma série de relatos em que os leitores poderão conhecer o olhar de servidores sobre a conservação da biodiversidade brasileira, os desafios e dificuldades no desenvolvimento das atividades de gestão e suas histórias até chegarem no ICMBio.

Nesta semana, Erick Caldas Xavier, chefe do ICMBio Rio Paraná, conta um pouco de sua vivência e dos desafios na conservação da biodiversidade brasileira. O Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Rio Paraná envolve a gestão da Área de Proteção Ambiental Ilhas e Várzeas do Rio Paraná (SP/MS/PR) e do Parque Nacional de Ilha Grande (MS/PR), que juntos protegem mais de 1 milhão de hectares, em 25 municípios.

Arquivo Pessoal



"Pequenos sinais nos fazem crer que estamos no caminho certo."

Minha conexão com a natureza começou ainda pequeno com os livros de astronomia e a fascinação pela ciência. Acho que, desde criança, ter a percepção de quão insignificante somos nos tira do pedestal de superioridade em relação aos outros seres, vivos e inanimados. De investigador da natureza para seu

protetor foi um passo e, a partir daí, é um caminho sem volta. Mais do que uma escolha, proteger o meio ambiente é consequência do conhecimento, seja ele técnico ou experimentado. Quando se entende com clareza a importância de se conservar, é muito difícil ficar confortavelmente alheio e ignorar o processo de degradação da natureza.

Um amigo meu, servidor do ICMBio também, disse certa vez que ser servidor público é um sacerdócio. Doar-se sempre, pois "é dando que se recebe". Estar no serviço público à serviço da conservação da natureza é a perfeita representação desta missão em que protegemos aquilo que nos é essencial. Como ele dizia, "não conseguimos mensurar a abrangência de nosso trabalho e a importância de se relacionar com a sociedade em sua forma mais ampla, honesta e verdadeira".

Trabalhar em prol da natureza é essa missão profundamente enraizada em valores de altruísmo, desapego e otimismo. Não quero aqui pregar que aquele que trabalha com a conservação ambiental precise ser algum iluminado, porém acredito que para poder continuar contra tudo o que há de pior na sociedade, contra os piores cenários futuros e aqueles que abusam da confiança dos povos, é necessário que não se perca na crise mais terrível que é a crise de fé.

Não me refiro aqui à fé em seu sentido religioso, mas na fé da utopia, do sonho de solidariedade, da fraternidade, de um planeta pleno de vida. Veja o quanto tudo isso é desafiador. E o desafio é a segunda coisa que me motiva. Por último, são os pequenos resultados que a nossa equipe alcança. Pequenos sinais que nos fazem crer que estamos no caminho certo.

Na minha jornada no ICMBio, tenho a plena convicção de que a maior lição aprendida foi a necessidade de enxergar as pessoas. Não estou falando aqui de qualquer visão romântica, paternalista ou antropocêntrica que permita pensar que nós humanos estamos acima dos outros seres vivos, ou que devamos ser priorizados em detrimento da natureza. O que coloco aqui é a capacidade de perceber que todos sem exceção dependem de um ambiente ecologicamente equilibrado, e isso está na nossa Constituição Federal como um direito. Apesar

de ser óbvio, precisa ser lembrado e contextualizado nos diferentes grupos da sociedade.

Há uma parcela de pessoas que já sabe a importância de se conservar a natureza, porém com diferentes níveis de entendimento. Existem aqueles que dependem diretamente desses recursos para a manutenção de um estilo de vida muitas vezes bem diferente do nosso modelo de sociedade. Temos nesses grupos um importante capital social e político que ainda está sem voz na sociedade e alheio ao debate, muitas vezes restrito ao meio científico e institucional, mas que é imprescindível para que a conservação da biodiversidade seja levada a sério como política de estado.

Por outro lado, é difícil dizer a quem não tem nada que ela deva ser menos consumista, ou então para quem vive em situação de vulnerabilidade social, sem saneamento básico e sem qualquer assistência médica ou social, que ela deva se importar com a conservação da natureza. Por isso, resolver o problema da pobreza deve correr paralelamente à conservação da natureza.

Olhando por esse aspecto, não é possível também aceitar que por conta de um modelo de desenvolvimento ultrapassado, fundamentado em um crescimento quantitativo e ilimitado, sacrifiquemos nossos recursos naturais. Temos soluções tecnológicas suficientemente desenvolvidas para promover um desenvolvimento que seja viável e ecoeficiente, iniciativas de comércio justo para um crescimento equitativo e um universo de populações e culturas com a experiência e a história de quem vive diretamente dos recursos naturais, mas que são completamente invisíveis para a grande maioria da sociedade.

Acredito que o maior obstáculo é fazer com que as pessoas percebam que estamos conservando muito além do que animais e plantas, monumentos e paisagens belas. A conservação da natureza é a conservação da nossa própria espécie. Porém, a conservação de nós, humanos, não significa necessariamente a manutenção do nosso estilo de vida. Mas lutar pela conservação não significa se opor ao desenvolvimento, significa propor um novo estilo de desenvolvimento. Reinventar a nossa sociedade é um obstáculo para todos os países, é um desafio para a humanidade.

Curta

Flona de Mulata trabalha para aprimoramento de conselho

A Floresta Nacional de Mulata (PA) concluiu o processo de modificação de seu Conselho Consultivo, criado em 2011. O amadurecimento natural do conselho após os anos que sucederam sua criação demonstrou que havia a necessidade de renovação, sobretudo para buscar inserir organizações que mantinham uma relação de afinidade com a unidade, mas que não faziam parte de sua composição original. Os trabalhos de mobilização e sensibilização tiveram início em 2016, inserindo, principalmente, comunidades localizadas no entorno da Flona que por razões históricas já exerciam algum tipo de atividade em seu interior, como a coleta de castanha (*Bertholletia*

excelsa). Em agosto, as novas entidades foram definidas, sendo o quantitativo de vagas e a relação das instituições representativas dos setores homologados pela Coordenação Regional 3. “Essa nova estrutura do conselho é de extrema importância à gestão da UC na medida em que renova, também, os ânimos dessas organizações em fazer parte do território, contribuindo para a evolução gradual da implementação da Flona, sobretudo neste momento em que se inicia o processo de elaboração do plano de manejo, documento que deve ser construído com ampla participação do conselho gestor”, afirmou Lício M. Rocha, chefe da unidade.



Acervo Flona de Mulata

Parna Serra da Cutia participa de feira de empreendedorismo

O Parque Nacional (Parna) Serra da Cutia (RO) participou do evento “Guajará Oportunidades (19/09/2018)”, organizado pelo Instituto Federal de Rondônia (Ifro). Em uma mesa redonda, foi debatido, além de assuntos ligados ao empreendedorismo, como o meio ambiente, por meio de suas unidades de conservação (UCs), poderá oferecer benefícios para que as famílias dos extrativistas e a sociedade como um todo tenha retorno com a preservação ambiental, com geração de renda para as comunidades envolvidas dentro e no entorno das UCs. Na oportunidade, José Arnaldo da Silva, chefe do Parna, também falou sobre os grupos e categorias das unidades, seus objetivos e o que

as UCs podem oferecer para a sociedade. Durante o evento, monitores explicaram as atividades realizadas no Parna e também nas reservas extrativistas Barreiro das Antas e do Rio Ouro Preto, como gestão participativa, monitoramento da biodiversidade, proteção, pesquisa e educação ambiental. “O ICMBio tem realizado ações conjuntas com o pessoal do Ifro, o que têm gerado bons resultados. Este evento foi de suma importância para a aproximação das duas instituições, o que viabiliza novas parcerias para o desenvolvimento de outras atividades em prol da melhoria da relação do ICMBio com a sociedade”, afirmou José Arnaldo.

Reajuste de ingressos

O Instituto Chico Mendes publicou nesta semana a portaria que atualiza a tabela de cobrança de ingressos de acesso às unidades de con-

servação federais. A cobrança dos novos valores passa a valer a partir de 1º de novembro. A portaria está disponível em <https://bit.ly/2zOtg6d>.

RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA (PA)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Foto da capa

Canindé Soares

Colaboraram nesta edição

Daniel Castro – APA Delta do Parnaíba; Dayse Leite – Parna do Descobrimento; Diego Mendes – Cemave; Erick Caldas Xavier – ICMBio Rio Paraná; Fabiana de Oliveira Hessel – DMAG; José Arnaldo da Silva – Parna Serra da Cutia; Lício M. Rocha – Flona de Mulata; Marcel Regis – Flona de Carajás; Mariella Butti – Cenap; Ramilla Rodrigues – DCOM; Talitha Pires – APA de Cairuçu.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

GOVERNO
FEDERAL